

# O médico-higienista e a arquitetura escolar no Brasil sob o prisma da educação sexual entre os séculos XIX e XX

Luciano Rodrigues dos Santos

Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil

lucianorod@bol.com.br

---

O presente trabalho buscou compreender como se dava a educação sexual no âmbito educacional brasileiro durante a transição e/ou ruptura do período *imperial* para o *republicano*, mais precisamente entre os séculos XIX e XX. O estudo teve a pretensão de historiografar a relação entre os médico-higienistas e os grupos escolares (*projetos arquitetônicos escolares*) no Brasil, sob o prisma da educação sexual, entendendo que esses dois segmentos apresentavam estreita ligação justificando o foco de análise. O estudo se desenvolveu por meio da pesquisa bibliográfica, fazendo uso também de fonte iconográfica. As análises foram qualitativas, centradas nas *marcas* da educação sexual nos projetos arquitetônicos escolares desse período. Considerando os resultados das análises, podemos afirmar que os médico-higienistas aliados aos padres católicos foram os principais *mentores* pela propagação da educação sexual, tanto fora da escola como dentro dela, ocasionando com isso, na reprodução de estereótipos de papéis sexuais tipicamente masculinos e femininos. Além disso, era proibido que a educação sexual fosse ministrada pelos (as) professores (as) nas escolas, pois não eram merecedores de grandiosa tarefa. Analisando a arquitetura dos grupos escolares e a relação com a educação sexual confiada e reservada à família, observa-se que os seus projetos arquitetônicos, idealizados principalmente pelos médico-higienistas, foram muito bem planejados para conseguir contemplar essa ação. A melhor estratégia foi utilizar as estruturas físicas (paredes e/ou divisórias para separar e destinar os lugares exclusivamente masculinos e femininos), com isso, mantinha-se agora também na escola, a educação sobre sexualidade que era propagada no lar.

Palavras-chave: Médico-higienista, Arquitetura escolar, Educação sexual.

This work sought to understand how there sex education within brazilian educational during the transition and/or breakage of the *imperial* period for the *republican*, specifically between the 19th and 20th centuries. The study had the pretense of historiografar the relationship between the medical-hygienists and school groups (school) architectural designs in Brazil, in the light of sex education, on the understanding that these two segments had closely justifying the focus of the analysis. The study was developed through bibliographic search, using font iconographic documentation here too. Qualitative analyses were centred in *marks* of sex education in school architectural designs for that period. Considering the results of analyses, the medical-hygienists allies to catholic priests were the main *mentors* by propagation of sex education, both outside the school as inside her, causing this reproduction sexual roles stereotypes of male and female typically. In addition, it was prohibited sexual education was provided by teachers in schools, as did not deserve great task. Analyzing the architecture of school groups and the relationship with sex education and reserved for family, noted that its architectural designs, devised primarily by medical-hygienists were very well planned to achieve that action. The best strategy is to use the physical structures (dividing walls and/or to separate and allocate the seats exclusively male and female) so now also remained in school education on sexuality that was propagated in the home.

Keywords: Medical-hygienist, School architecture, Sex education.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou compreender como se dava a educação sexual no âmbito educacional brasileiro durante a transição e/ou ruptura do período *imperial* para o *republicano*, mais precisamente entre os séculos XIX e XX. Momento esse, marcado por grandes mudanças e/ou transformações sociais, políticas, culturais e econômicas no país. O estudo teve a pretensão de historiografar a relação entre o médico-higienista e os grupos escolares (*projetos*

*arquitetônicos escolares*) no Brasil, sob o prisma da educação sexual, entendendo que esses dois segmentos apresentavam estreita ligação justificando o foco de análise. O estudo se desenvolveu por meio da pesquisa bibliográfica, fazendo uso também de fonte iconográfica. As análises foram qualitativas, centradas nas “*marcas*” da educação sexual nos projetos arquitetônicos escolares desse período.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para entender um pouco mais da presença dos médico-higienistas e sua relação com os grupos escolares (*projetos arquitetônicos escolares*) na historiografia educacional brasileira, faz-se mister iniciarmos essa relação entre as áreas da saúde e da educação desde o Brasil Império e tomaremos como ponto de partida, a criação da Sociedade Médica, em 28 de maio de 1829, no Rio de Janeiro, por outro lado, é bom salientar que anteriormente à ela, outras instituições já haviam sido criadas na Côrte, que são a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ e a Academia Imperial de Medicina – AIM que tinham o propósito de consolidar o campo da Ciência Médica no Brasil.

A escolha desse recorte temporal, tendo como ponto inicial a Sociedade Médica, é que segundo Gondra (2007, p.522) havia dois motivos importantes que devem ser elencados para sua criação, que foram

[...] duas poderosas armas fabricadas para combater os inimigos internos e externos da ordem médica. Uma primeira é a constituição de uma sociedade científica que reunisse e integrasse os homens que exerciam legal e oficialmente a ciência médica. Foi com essa intenção que [...] fundou, [a Sociedade Médica, pois] se propunha a tratar dos interesses médico-sociais e do ensino da Medicina, tudo isso sob os auspícios do governo.

Uma segunda arma contra os ‘charlatães’ constituiu-se na própria formação dos médicos e, nesse sentido, é necessário ter em mente o processo de escolarização a que os futuros médicos passaram a ser submetidos para terem assegurado o direito ao exercício profissional. Sendo mais preciso, a escola de formação integra um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica com vistas a obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fiscalização da medicina, funcionando como eficaz estratégia para garantir o monopólio sobre a ‘arte de curar’.

Como podemos observar através da citação de Gondra (2007), é que a ordem médica por intermédio da Sociedade Médica precisava definir e legitimar o seu espaço profissional na sociedade brasileira e que para isso utilizava como discurso a seu favor, o rápido crescimento e desenvolvimento industrial no país e, como consequência a esse fenômeno, também elevava o caos social e enfermidades entre a população vigente, devido à grande concentração de pessoas em determinadas regiões metropolitanas, sem os devidos cuidados com a higiene pessoal e social entre os indivíduos residentes nelas, e que para resolver esse caos social, eles eram os únicos profissionais que podiam minimizar tal problema no país, porque neste mesmo período, havia uma enorme concorrência com os homeopatas, curandeiros e/ou pajés, parteiras, além de outros indivíduos que supostamente também detinham a arte de curar ou salvar pessoas.

Segundo Azevedo (1963, p. 550), esse caos social no Brasil tem como causa principal, desde

[...] a vinda de D. João VI e cerca de 15 mil pessoas chegadas com a família real, a velha cidade – [onde] ‘uma grande aldeia de 45 mil almas’, que dormia no marasmo – desperta para uma vida nova, sacudida do inesperado acontecimento e erguida de súbito à categoria de capital do Império Português. A cidade colonial, de ruas estreitas e tortuosas, transforma-se com o esplendor da corte e o impulso de seu comércio e, pela atração dos novos encantos da vida urbana, torna-se o centro da vida intelectual do país, para onde convergem brasileiros vindos de quase todas as províncias. As mudanças de mentalidade e de costumes, que se operam lentamente, irradiam-se da nova capital da monarquia para cidades distantes, Vila Rica, Bahia e Recife que, a exemplo do Rio de Janeiro e tomadas de emulação, também começam a transformar-se não só na sua fisionomia urbana como nos velhos hábitos coloniais [...].

Nesse período, em virtude de tal problemática social, surge um novo ramo na medicina, que segundo Gondra (2007, p.521) “[...] ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência, [que] foi designado como Higiene, ramo que se

preocupou, sobretudo, com uma medicina do social [...]”. O que resultou em denominar o profissional que vai atuar a partir de então, na Ciência Médica Brasileira, no ramo da Higiene, como sendo *médico-higienista*.

A partir da atuação profissional dos médico-higienistas na sociedade brasileira imperial começa aparecer um novo discurso e com ele, o deslocamento no entendimento da doença para a saúde, pois

não é mais a ação direta e lacunar sobre a doença como essência isolada e específica que move o projeto médico. O ‘médico político’ deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral. A inserção do indivíduo na sociedade, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa porém que a Medicina sai do seu campo próprio de ação. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a Medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo o perigo possível; nasce a periculosidade e com ela a prevenção (GONDRA apud MACHADO, 2007, p. 525).

Diante desse deslocamento da doença para a saúde, os médico-higienistas passaram a ser identificados como planejadores do urbano. E como consequência disso,

as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna[m]-se enfim, analista[s] de instituições: transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em ‘máquina de curar’; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de transformação à prisão e de formação à escola (GONDRA apud MACHADO, 2007, p. 525).

Segundo Gondra (2007, p.533), os médico-higienistas,

[...] nesse sentido, afirma [m] que a escola seria o lugar privilegiado para se vacinar e revacinar os jovens e, para que [...] pudesse [m] ser levado a um bom termo, propõe [m] a criação do serviço de inspeção higiênica das escolas, a ser exercido por profissionais habilitados, os médicos-inspetores. Estes deveriam possuir um conjunto de qualidades, detalhadas pelo advogado, tais como o sentimento do dever, a simpatia pelas crianças, os conhecimentos técnicos variados, o políglotismo e a aptidão para o ensino, dentre outras, de modo a executar com sucesso tarefa tão necessária.

Na dilatação do raio de ação da Higiene e na especialização desse serviço estaria a chave mestra para fazer com que a escola cumprisse o duplo *desideratum* de instruir e moralizar, aspecto este que, para Rui [Barbosa], também constituía-se em uma das finalidades da escola higiênica [...].

Analisando as citações supracitadas, podemos constatar que os médico-higienistas estavam procurando intervir de maneira rigorosa e sistematizada no campo educacional, e para ilustrar tais ações por eles empregadas no Brasil Império, temos uma autora que relata o quanto o discurso médico-higienista permeou nas decisões educacionais no país.

Segundo Vasconcelos (2005, p.154-155), uma entre tantas contribuições dos médico-higienistas para a educação brasileira, como podemos notar, foi o surgimento de uma nova concepção de infância e de criança, onde

no jornal *A mãe de família*, no ano de 1880, o Dr. Carlos Costa, ao detalhar os exercícios físicos essenciais à saúde das crianças, descreve alguns brinquedos, como o velocípede, mostrando a sua utilização para a conservação da saúde, bem como seus inconvenientes.

Para iniciar a educação formal das crianças, ainda no jornal *A mãe de família*, no ano de 1883, em artigo intitulado *A natureza da criança*, escrito por Alberto Durand, afirmava-se que tal êxito dependia do conhecimento que o educador tinha da natureza humana, pois ‘para educar crianças é necessário saber o que são as crianças’.

Nesse sentido, o autor descreve o conceito de criança em uma visão pedagógica. Segundo ele, ‘o conhecimento da sua natureza é que faz da pedagogia uma ciência’ [...].

Nesse aspecto, podemos claramente perceber que os médico-higienistas têm uma grande abertura e força no campo educacional, ao mesmo tempo em que também vão se legitimando através dele na sociedade, determinando em muitos casos, sem que haja questionamentos por parte dos intelectuais da educação e da família, entre o que deve e o que não deve ser ensinado no âmbito da escola na área de saúde.

Gondra (2007, p.525-526) vai constatar que,

na expansão da medicina, a escola não é esquecida nem a educação de um modo mais geral, pois, para formar as novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas, também, no espaço privado da casa [...]. A ignorância é, pois, o argumento fabricado e mobilizado de modo a fornecer legitimidade para as intervenções na esfera educacional, realizadas em nome e em favor da ordem médica, que interferirá nas representações acerca da infância, da família, da casa, da escola e dos mestres [...].

[...] Assim sendo, a educação não mais poderia permanecer vinculada à esfera privada, fosse ela a da religião ou a da casa. Educar, pois, nessa perspectiva, passava a exigir a invenção de uma nova organização a ser instalada em obediência aos imperativos dessa nova sociedade que se queria fundar; para a qual a escola deveria concorrer favorecendo o estabelecimento de um processo de formação de longo prazo, durante o qual os indivíduos fossem educados pelas (e para) as práticas desse mundo fabricado pela razão ilustrada e que se constituísse em uma experiência útil à nova ordem. Como veremos, a Higiene fornecerá um modelo de organização escolar calcado na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas [...].

Nesse sentido, no que se refere especialmente às meninas, vale lembrar que até o final do século XIX, coincidindo também com o início do regime republicano, pouca ou nenhuma educação era oferecida para as mulheres em escolas, pois estavam elas destinadas somente a educação do lar. Porém, essa condição também vai ser muito criticada pelos médico-higienistas.

Segundo Vasconcelos (2005, p. 188-190), os médico-higienistas

[entendiam] que a educação da mulher era inadequada para as exigências que ela teria que cumprir, como governar a casa, atuar como esposa, criar os filhos e, principalmente, educá-los, além de substituir o marido caso ele fosse vítima de alguma fatalidade.

Entretanto, nem todos concordavam com as aspirações relativas ao aprofundamento nos conhecimentos aplicados à educação da mulher e o pensamento mais corrente considerava que a educação oferecida no século XIX, voltada para as habilidades manuais e artísticas além dos afazeres domésticos, era suficiente para fazer com que a mulher atuasse em seu cotidiano de mãe de família. Para a maioria, a questão central do debate não era o aprofundamento da educação da mulher, mas a falta de acesso das mulheres mesmo a essa educação baseada em habilidades manuais e conhecimentos superficiais, pelo despreparo de suas mães para ensiná-las.

Havia ainda alguns críticos para os quais a mulher não deveria exercer qualquer outra função fora do lar doméstico e, portanto, julgavam necessário limitar ao máximo possível sua educação e direcioná-la apenas para esse fim. Essa facção radicalmente contra a instrução aprimorada da mulher, segundo seus contemporâneos, acabava por impedir que as mães de família fossem educadas para poder fazê-lo com seus próprios filhos [...].

Dessa forma, [mesmo] divergindo quanto aos conteúdos presentes na educação da mulher, pelo menos em um ponto desse complexo debate os críticos concordavam: as mães precisavam estar melhor preparadas para poderem procederem à educação dos filhos, principalmente das filhas, sem precisar submetê-las a mestres ou até à própria escola, que não era entendida como o melhor espaço para a educação, particularmente de meninas e, especialmente, nos primeiros anos da criança [...].

Aproveitando essa situação, a qual definia a “melhor” educação para as mulheres e dos problemas que estavam acometendo a sexualidade da população nesse período, é importante também destacar que os médico-higienistas procurando resolvê-los, vão propor que a educação sexual era a melhor estratégia encontrada, segundo Stephanou (apud TOTTA, 2005, p.143), foi através da “educação sexual para levantar o véu da hipocrisia, para opor o dique da resistência incoercível à enxurrada das perversões, dos vícios, dos males venéreos, dos descabros e dos instintos desenfreados”.

Segundo Negromonte (1961, p. 34-37), a maioria dos médico-higienistas e dos padres católicos vão ser favoráveis com essa estratégia e corroborar no que concerne à educação sexual destinada às crianças e aos jovens, designando assim, *quem, como* e a sua *finalidade*, pois,

a formação para a castidade cabe àqueles a quem compete por natureza o dever de educar. Ora, o dever de educar corre primeiramente aos pais. Portanto, é aos pais que cabe a educação sexual dos filhos. Juntam, como é natural e ordenado, ao dever de gerar os filhos o de educá-los. Para isto foi a família instituída por Deus. E por isso só na constituição da família é legítima a geração dos filhos, que, sem a ação dos pais, não podem ser educados.

Neste delicado setor da educação, ainda mais se mostra a necessária e exclusiva competência dos pais. Se todo educador precisa pôr-se em determinadas condições, sem o que fracassará o seu trabalho – aqui com maioria de razão, porque nesses assuntos todo fracasso determina uma ruína moral, que justamente desejamos evitar. Um conhecimento sério da vida, uma perfeita liberdade de espírito, uma autoridade reconhecida e acatada, uma delicadeza de sentimentos capaz de falar sem ferir a quem ouve, a convivência de tôdas as horas para saber dizer o que fôr necessário e só isto, no momento oportuno, e tudo servido ademais pela absoluta confiança do educando – eis o de que precisa quem deve fazer a educação. Ora, isto, de modo geral, só encontramos nos pais.

O educador nunca dê a entender (como o fazem alguns otimistas) que a virtude se consegue sem trabalho e sem luta. Falam da castidade como quem fala da mansidão de um cordeiro, quando mais acertado seria falar de uma fera domesticada. Assim dariam a verdadeira impressão de terem domado os impulsos vigorosos da tendência pela força disciplinadora da vontade. Do contrário, os jovens ficarão pensando que o educador é casto por não ter sentido a plenitude das forças naturais, e que não o poderão ser os que a experimentam.

Além do que a educação sexual exige uma convivência de tôdas as horas, para poder-se dizer o necessário sem chamar a atenção, aproveitar as oportunidades sem criá-las artificialmente, para se fazer naturalmente, insensivelmente, sem perigos, com aquela prudência que é alma de tudo e sem a qual tudo estaria perdido.

Cuidado, para não ferir a sensibilidade de quem a ouve, não precipitar a curiosidade, e, principalmente, não dar lugar a qualquer falta. Sem esta delicadeza, sem êste tato, tôda tentativa seria mais para desencadear as paixões que para contê-las.

Diante de tão numerosas e sólidas razões, concluiremos que são os pais os indicados e competentes para fazer a educação sexual. Os outros, nós os rejeitaremos como incapazes e nocivos, ou os admitiremos, como auxiliares dos pais, reconhecendo, aliás, os grandes serviços que nesta condição, podem prestar. Na ausência dos pais, por exceção, também lhes podem fazer as vezes.

Conhecemos as dificuldades que levantarão contra esta conclusão. Negamos, porém, que nelas se possam basear os que propugnam a educação pela escola ou por preleções científicas e técnicas [...].

Mas, para Bonato (1996, p.82), os médico-higienistas além de propor a responsabilidade da educação sexual para os pais ou as famílias em conjunto com a Igreja Católica, vão ampliar o seu raio de controle em relação à sexualidade da população, pois

além de levar a família para dentro de casa, a pedagogia médico-higiênica definia também os papéis sexuais. Numa sociedade feita e pensada por homens, as concepções higienistas vieram explicar e fixar cientificamente as *características supostamente típicas de cada sexo e apresentou-as como imperativos da natureza*. No homem, predominava o vigor físico e intelectual, o andar seguro, o comportamento seco, racional, autoritário, altivo, menos amoroso, mais duro, macho, viril. Segundo a higiene, sua inclinação ‘natural’ é para o prazer sexual. Neste sentido, a conduta machista do homem foi realçada, podendo não só ser infiel, como também abordar a mulher, que, por sua vez, era considerada ‘propriedade’ de outro homem - do pai, do marido - e até de Deus, a esposa do Senhor. Para ela, predominavam as ‘faculdades afetivas’, cultivava-se a imaginação, a doçura, a indulgência, a submissão, a idéia de fragilidade, do amor, da castidade, a preservação da virgindade antes do casamento e a fidelidade. A higiene encontrava ressonância.

A castidade feminina era um valor inquestionável, acentuado pelo fato de a população brasileira ser maciçamente filiada à Igreja Católica, cujo culto à Virgem elimina a possibilidade de quebrar o mito da virgindade.

Com respeito à capacidade intelectual da mulher, a higiene informava que, mesmo aquelas que apresentavam tal capacidade, a apresentavam de forma inferior à dos homens. Esta distinção entre os gêneros faz surgir, por exemplo, o machismo do homem e as categorias de ‘mulher-fácil’, adúltera, venal, irresponsável, ‘amante’, da mulher. O machismo surge como uma prática do homem denunciadora da mulher. Se ela, enquanto propriedade de outro homem, cedia ao galanteio, passava a ser considerada inferior àquela ‘mulher-mãe’.

Sendo assim, para imprimir de fato a atuação dos médico-higienistas na educação brasileira, eles vão reivindicar veemente para que fossem construídos os prédios escolares e com isso, haveria realmente uma educação digna para a população em geral, justificando também, que retiraria as crianças e os jovens dos riscos da ignorância e das enfermidades, ocasionada pela educação dada nas casas-escola e, atender seguramente, a nova ordem social, cultural, política e econômica da época.

Segundo Vidal; Faria Filho (2005, p.49),

[...] na década de 1870, os diagnósticos dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros...), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se construírem espaços específicos para a realização da educação primária.

Ainda, para Vidal; Faria Filho (2005, p.51-52)

[...] ao mesmo tempo em que elaboravam uma contundente crítica às péssimas condições das moradias e dos demais prédios para a saúde da população em geral, os higienistas acentuavam sobremaneira o mal causado, às crianças, pelas péssimas instalações escolares. Além disso, expunham o quanto a falta de espaços e materiais *higienicamente* concebidos era prejudicial à saúde e à aprendizagem dos alunos.

Mas, nesse momento crucial de tantas mudanças e/ou transformações nos hábitos e costumes da população no campo educacional, promovidas principalmente pelos médico-higienistas, alegando ser de extrema necessidade para a ordem e o progresso da nação, além de ser considerado, como o único ou principal caminho viável para manter as pessoas em condições sadias (física, intelectual, moral e sexual), porém, acreditamos esse ser também, um dos maiores desafios para os médico-higienistas, padres católicos e magistrados em relação à sexualidade, pois, como manter a educação sexual confiada e confiscada à família e a castidade ser a sua finalidade, se precisavam nessa época, oferecer um lugar centralizador e adequado e, que nele tivesse uma educação formal, racional e científica para as crianças e os jovens de ambos os sexos e, além disso, se consideravam que a função do (a) professor (a) era nociva ou secundária nessa atuação?

Todavia, buscando mediar e conciliar esse impasse em relação à necessidade da construção dos grupos escolares e a difusão da educação sexual que previam ser a ideal para as crianças e os jovens nessa época, resolveram investir nos projetos arquitetônicos que pudessem fazer com que o prédio escolar fosse frequentado por alunos e alunas, mas o seu uso e permanência dentro do mesmo deviam ter separações ou divisórias e, que essas divisões poderiam começar desde a entrada de acesso até o local destinado as atividades físicas, com isso, evitariam o contato entre os sexos e reforçariam o que era apregoado pelas famílias no que se refere aos assuntos pertinentes à sexualidade.

A partir de então, devido a tantos problemas e possíveis soluções que perpassava a educação brasileira e ressaltada constantemente pelos médico-higienistas, os grupos escolares foram

[...] concebidos e construídos como verdadeiros *templos do saber* [que] encarnavam, simultaneamente, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.53).

Diante de tal realidade agora apresentada, com a construção dos prédios escolares, o campo educacional no período republicano passa a ter uma maior responsabilidade com o progresso da nação brasileira, porém, já nas primeiras décadas do século XX,

[...] sofreram alterações na forma e na cultura escolar que constituíam. As reformas de ensino, inspiradas em ideais escolanovistas, em que pesava a diversidade de propostas que defendiam e de suas diferentes realizações, tenderam a ressignificar tempos e espaços escolares.

As plantas davam visibilidade a vários aspectos dos ideais escolanovistas. Incorporavam ambientes como gabinetes dentários e médicos e laboratórios, requisitos das construções escolares desde os anos de 1910 [...] (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.60-62).

Bencostta (2005a, p. 122-126) procura ilustrar como essa concepção foi planejada e concretizada, a partir de dois modelos arquitetônicos de grupos escolares na cidade de Curitiba/PR, os quais também atenderam as exigências dos médico-higienistas e da sociedade na separação de alunos e alunas, que foram:

o primeiro edifício-escola destinado ao Grupo Escolar Rio Branco [que] foi considerado um dos mais belos de Curitiba entre os seus similares. Projetado por Ângelo Bottiechia, desenhista da

Secção de Obras e Viação do Estado do Paraná, o edifício, construído na esquina da rua Brigadeiro Franco com a Silva Jardim, foi inaugurada em 3 de abril de 1911 [...]. Tinha como características principais os frontões quadriculares, marcadamente em estilo semiclássico, que indicava os acessos principais: uma pela Brigadeiro Franco, outro pela Silva Jardim, provavelmente para a entrada diferenciada dos meninos e das meninas. O porão alto conferia destaque especial à volumetria de seu único pavimento e às suas fachadas: frontal e lateral.

Ver figura abaixo:

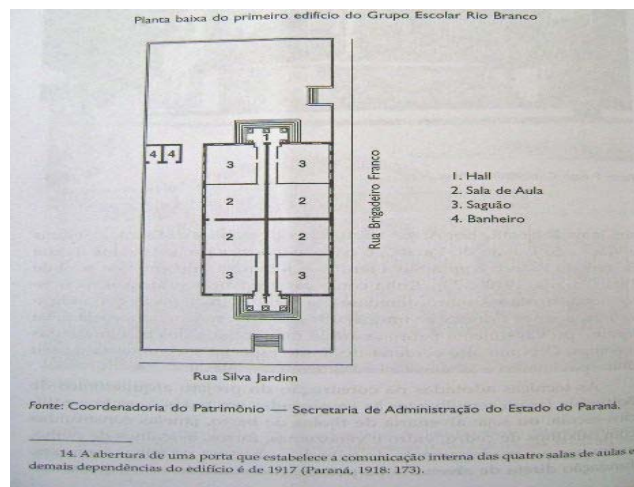


Fonte: Foto retirada da página 123, do livro “História da educação, arquitetura e espaço escolar”, org. por Marcus L. A. Bencostta, 2005a.

As técnicas adotadas na construção do projeto arquitetônico de Bottiechia foram semelhantes às empregadas em todos os outros edifícios-escola, ou seja, alvenaria de tijolos de barro, janelas constituídas com caxilhos de cedro, vidro e venezianas, forros, assoalhos de pinho, assim como o madeiramento do telhado, cobertura de telhas francesas, fundação direta de alvenaria de pedras, revestimento com argamassas de cal e areia e, por fim, a pintura do edifício, sendo as paredes a cola com requadros e o madeiramento das janelas e portas a óleo com três mãos [...].

A leitura da planta baixa do Rio Branco [...] indica que esse edifício era composto por quatro salões, tendo cada um a superfície de  $9,9 \text{ m}^2$ , fazendo parte, ainda, de seu projeto, dois saguões, um para cada grupo de duas salas. O gradil de ferro, colocado somente no trecho correspondente à projeção frontal, tinha a função de separar o edifício-escola do espaço exterior da rua. Uma outra característica deste edifício é a área destinada ao recreio dos alunos, que, como se pode perceber, estava restrita aos fundos do terreno, sem piso e muito menos qualquer tipo de cobertura que protegesse as crianças das intempéries.

Ver figura abaixo:



Fonte: Foto retirada da página 124, do livro “História da educação, arquitetura e espaço escolar”, org. por Marcus L. A. Bencostta, 2005a.

Próximo ao Grupo Escolar Rio Branco encontra-se uma outra edificação, daquelas concebidas em 1910, que se destacou por sua monumentalidade: o primeiro edifício do Grupo Escolar 19 de Dezembro. Fundado em 1911, na antiga rua Montevidéu (atual Desembargador Motta), tinha no seu projeto original dois corpos separados [...] por um espaço de 10 metros.

Ver figura abaixo:



Fonte: Foto retirada da página 125, do livro “História da educação, arquitetura e espaço escolar”, org. por Marcus L. A. Bencostta, 2005a.

Cada corpo é constituído por dois salões de 11.<sup>m</sup> 00 x 9.<sup>m</sup> 10 correspondente a cada um deles, um vestíbulo de 3.<sup>m</sup> 00 x 3.<sup>m</sup> 00, uma saleta central de 3.<sup>m</sup> 00 x 3.<sup>m</sup> 00 para o professor, e um gabinete para latrina e mictório, com 3.<sup>m</sup> 00 x 3.<sup>m</sup> 00. Os salões das classes e compartimentos acessórios são completamente independentes uns dos outros. Amplamente ventilados e iluminados satisfazem a todas as regras pedagógicas exigidas, tendo até um cubo de ar, por aluno que em média poderá freqüentar cada classe, superior ao que determinam os trabalhos que se preocupam com o importante assunto da higiene escolar [...].

Esse foi um dos mais aprazíveis dentre os edifícios-escola marcado por uma linguagem que, mesmo empregando nas fachadas alguns elementos que lembravam o *Art Nouveau*, não conseguiu fugir do estilo arquitetônico eclético segundo os moldes europeus. Prevendo o acesso frontal para o seu espaço interior e, logo após, o lateral para a entrada nas salas de aula, esse projeto se destacava pela riqueza de harmonia no jogo de volumes da fachada, presente nos dois blocos. A separação entre os espaços de ensino para meninos e meninas, interligados apenas por um pequeno pátio que servia de recreio aberto, ficava nítida. Ademais, compunha seu conjunto arquitetônico um muro de fechamento que prolongava em torno do terreno.

Vale lembrar, que vários projetos arquitetônicos de grupos escolares, semelhantes aos descritos acima, estavam sendo planejados e construídos por todo Brasil, e daí também, os mesmos serem intitulados, como os “verdadeiros templos do saber”, devido a sua exuberância e elegância apresentada em meio às cidades que vinham se constituindo na época.

Além desses modelos de grupos escolares, outros foram construídos e não atendiam as exigências da separação por sexo através das estruturas físicas, como paredes ou divisórias no seu espaço interno, mas como alternativa para esse fim, dividiam os alunos e alunas por turno, ou seja, no turno matutino freqüentavam as meninas e no vespertino os meninos e vice-versa.

Segundo Vidal; Faria Filho (2005, p.53-54),

[...] os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos baseados em plantas-tipo em razão do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central, ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para cada sexo. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas.

[...] Normalmente, os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, mas eram a ele ligados por corredores cobertos.



Os materiais do ensino intuitivo, as carteiras fixas no chão, e a posição central da professora pareciam indicar lugares definidos para alunos e mestra em sala de aula. Atividades como ginástica ou canto ali realizadas pretendiam conferir usos apropriados ao espaço. A rígida divisão dos sexos, a indicação precisa de espaços individuais na sala de aula e o controle dos movimentos do corpo na hora de recreio conformavam uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola.

Entretanto, o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam inculcar nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República.

Procurando demarcar com mais exatidão o surgimento dos grupos escolares no Brasil, Bencostta (2005b, p.68-70) vai expor que,

[...] o golpe ao regime monárquico e o sucesso da tomada do poder pelos republicanos coube, portanto, ao novo regime, repensar e esboçar uma escola que atendessem os ideais que propunham construir uma nova nação baseada em pressupostos civilizatórios europeizantes que tinha na escolarização do povo iletrado um de seus pilares de sustentação.

[...] Cientes [deste desafio], os membros do Congresso Constituinte decidiram, na Constituição de 1891, a primeira República, que caberia aos Estados e municípios a responsabilidade pela organização, implementação e manutenção do ensino primário, esvaziando a possibilidade do governo central assumir tais responsabilidades. Frente ao que determinava a nova Lei Magna, os Estados deveriam providenciar, cada um o seu ritmo, reformas de ensino que se adequassem às suas realidades político-educacionais, em face da vergonha falta de recursos destinada à instrução pública.

As primeiras unidades federativas a implementarem, ainda no século XIX, reformas que resultaram em um sistema público de ensino primário gratuito, foram o Distrito Federal (RJ) e o Estado de São Paulo, sendo que tais iniciativas terminaram servindo de modelo aos demais Estados, posto que o governo central não formulou qualquer proposta que os direcionassem nessa matéria.

No Brasil, este modelo, denominado de Grupo Escolar, foi implantado pela primeira vez no Estado de São Paulo, em 1893. Este tipo de instituição previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios. Foi notório, em particular no caso paulista, a importância da experiência da Escola-modelo que funcionava na Escola Normal. Tal experiência orientou não somente as determinações que levaram à criação dos grupos escolares daquele Estado, mas também, em pouco tempo, foram adotados por todo país.

[...] Nesse sentido, para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas – ou grupos escolares, como vieram a ser denominados – foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal.

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados, que tinham no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades economicamente prósperas. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime.

Como podemos notar, a grande estratégia usada pelos médico-higienistas aliados aos padres católicos e, ressaltando também nesse momento, a participação dos políticos, magistrados, arquitetos, engenheiros civis e professores, estava nos projetos arquitetônicos dos grupos escolares e na sua execução, e que esse empreendimento foi muito eficaz e atendeu aos anseios de seus proponentes e da sociedade brasileira.

Nesse sentido, podemos afirmar que os grupos escolares eram concebidos através de projetos arquitetônicos, cujos tinham duas finalidades bem demarcadas, sendo a primeira para atender aos preceitos pedagógicos e higiênicos, e a segunda para separar os sexos, as quais estão nitidamente expostas e “carimbadas” nos edifícios (nas arquiteturas) escolares, mas se tratando dessa segunda finalidade, especificamente, constatamos que foi muito útil e contribuiu enormemente para a consolidação da educação sexual dada pela família no lar, porque de

maneira discreta, faziam com que os alunos e alunas se conformassem melhor com as condições e papéis que lhe eram atribuídos dentro e fora da escola, tornando-se assim, num eficiente modelo e espaço de coerção e controle das vontades dos educandos, pois sem que eles percebessem, os mesmos estavam sendo moldados, não pelas “mãos” dos professores diretamente, mas pela estrutura física imposta a eles, além do que, os professores eram proibidos de pronunciarem qualquer assunto que fosse relacionado à sexualidade em sala de aula.

Segundo Viñao Frago; Escolano (1998, p. 34-45), nesse aspecto,

[...] pode-se assegurar, pois, que o esforço levado a cabo pelos políticos e técnicos do regeneracionismo [e higienismo] do último período de entresséculos – por definir o modelo (ou os modelos) de arquitetura escolar – cumpriu não só uma função pedagógica, mas também um objetivo cultural de primeira magnitude, ao criar um dos símbolos que melhor aglutinam a consciência coletiva das populações e sua própria identidade. Não deve nos surpreender, a esse respeito, que foram precisamente os regeneracionistas [e higienistas] que propiciaram a criação e a difusão desses símbolos que transmitem um certo *ethos* em favor da modernização nacional. Tampouco deverá nos parecer estranho que os retornados da emigração promoveram em seus lugares de origem escolas de ‘bela e digna fabricação’ [...], certamente às vezes um tanto presunçosas, mas que com seu traçado queriam expressar simbolizações e idealizações de uma nova vontade cultural.

A arquitetura influencia, desse modo, a sociedade, favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade mais rica. Ao transcender o funcionalismo banal que só daria cobertura às necessidades físicas, dá origem a uma nova forma de comunicação cultural, que é também pedagógica no sentido mais amplo e generoso. A função pragmática da arquitetura adquire, assim, uma dimensão semântica.

[Pois, a] linguagem arquitetônica [...] expressa, além de uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismos que atribuem a uma tradição cultural. A muralha, por exemplo, que é um símbolo de *civitas*, pode indicar como muro ou cerco institucional a delimitação de uma coletividade escolar, além de desempenhar outros objetivos. A torre, elemento que costuma fazer parte de muitos centros educativos do século XIX, sobretudo daqueles de filiação religiosa, é um signo de poder e de domínio (como se sabe, está também presente em prefeituras, igrejas e castelos). A simetria e separação arquitetônica das salas de aula de meninos e meninas reflete as tradições de uma sociologia e de uma pedagogia sexista. Os salões de conferências, os seminários ou as aulas convencionais representam diferentes formas retóricas de comunicação, além de cobrir determinadas funções. Toda arquitetura é definitivamente necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica. Seus signos indiciários deixam, em seu contato, traços que guiam a conduta. A antropologia do espaço não pode deixar de ser, ao mesmo tempo, física e lírica.

A arquitetura escolar, para além dessa análise semiológica, pode ser contemplada também como suporte de outros símbolos acrescidos. O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas [...]. Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais.

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

Diante das constatações de Viñao Frago; Escolano (1998) a respeito da arquitetura escolar e, que ela no entendimento deles, pode ser considerada como um “elemento no currículo invisível ou silencioso”, por outro lado, também podemos ainda reforçar que nos espaços escolares outra parte desse currículo vai estar presente.

Para Viñao Frago; Escolano (1998, p. 61-65), buscando esclarecer o que compreendem como espaço escolar, vão expor que

a ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar. O ‘salto qualitativo’ que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói. Constrói-se ‘a partir do fluir da vida’ e a partir do espaço como suporte; o espaço, portanto, está sempre disponível e disposto para converter-se em lugar; para ser construído [...].

A escola pois, enquanto instituição, ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado [...].

Essa tomada de posse do espaço vivido é um elemento determinante na conformação da personalidade e mentalidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, o espaço ‘não é um meio objetivo dado de uma vez por todas, mas uma realidade psicológica viva’. Em certo sentido, o espaço objetivo – para denominá-lo de alguma maneira – não existe. E se existe, não conta – salvo como possibilidade e como limite. O que conta é o território, uma noção subjetiva ou caso se prefira, objetivo-subjetiva – de índole individual ou grupal e de extensão variável. Uma extensão que vai desde os limites físicos do próprio corpo – ou de determinadas partes do mesmo – até o espaço mental dos projetos, ali até onde chega o pensamento que prenuncia a ação e o deslocamento.

O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder–, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas – , à sua hierarquia e relações.

Todas essas questões podem ser referidas ao âmbito da escola como lugar, à sua configuração arquitetônica e à ordenação espacial de pessoas e objetos, de usos e funções que têm lugar em tal âmbito. Mas também já indicam alguns dos aspectos que fazem da escola um espaço peculiar e relevante. Em especial quando se tem em conta que nela se permanece durante aqueles anos em que se formam as estruturas mentais básicas das crianças, adolescentes e jovens. Estruturas mentais conformadas por um espaço que, como todos, socializa e educa, mas que, diferentemente de outros, situa e ordena com essa finalidade específica a tudo e a todos quantos nele se encontrem.

[...] Poder-se-ia, ainda, acrescentar uma tríade não menos importante – o próprio, o alheio, o comum – que mantém uma estreita conexão com a distribuição, a posse, os usos e as relações que os membros da instituição escolar mantêm entre si e com os objetos que nela se encontram [...].

### 3. RESULTADOS

De acordo com o exposto, podemos considerar que os médico-higienistas realmente se legitimaram no campo educacional brasileiro, principalmente, quando tiveram apoio de outros profissionais, como os magistrados, políticos, engenheiros, padres católicos, arquitetos e professores e, entre tantas contribuições que o consolidasse nesse campo, temos a construção dos grupos escolares.

Procurando a partir de então, analisar a relação entre a educação sexual e o campo educacional brasileiro, vamos notar que os médico-higienistas tiveram um grande desafio, que era conciliar a educação sexual que era propagada no lar com a necessidade dela se estender para um âmbito social mais amplo e ter ressonância, os quais conseguem concretizar esse feito a partir da construção dos prédios ou edifícios escolares, além do que, essa era uma das maiores reivindicações necessária para eles nesse momento.

Mas essa ressonância e relação da educação sexual com o campo educacional são a partir da criação dos grupos escolares e vai se apresentar nas suas arquiteturas, com lugares bem demarcados no seu interior, como por exemplo, na entrada de acesso e salas de aula exclusivamente para meninos e meninas presente nos mesmos, como foi ilustrado pelas figuras no decorrer do trabalho, na qual ela pode ser caracterizada de acordo com Viñao Frago; Escolano (1998) como um “elemento do currículo invisível ou silencioso”, ocasionando assim, numa conformação e aceitação de seus corpos desde crianças até quando jovens dos estereótipos a eles atribuídos, incutia-se assim, que em qualquer ambiente social, e inclusive na escola, a noção de espaços/lugares pertinentes somente para homens e para mulheres.

#### 4. CONCLUSÃO

Portanto, consideramos que os médico-higienistas aliados aos padres católicos foram os principais *mentores* pela propagação da educação sexual, tanto fora da escola como dentro dela, ocasionando com isso, na exaltação e permanência de papéis sexuais tipicamente masculinos e femininos, além do que, também castigavam aqueles que por ventura tivessem condutas inadequadas para o convívio social. É válido frisar, que essa propagação e coerção só foram possíveis, mediante o uso das famílias como seu poderoso instrumento para esse fim separatista e moralista entre os sexos, além disso, fizeram da escola seu objeto disciplinador das vontades individuais e coletivas, por meio da sua arquitetura. Sendo assim, podemos afirmar mediante tais constatações, que os médico-higienistas e os padres católicos conseguiram atingir os seus ideais tanto na esfera privada que é o lar quanto na esfera pública, representada nesse caso pela escola, além de imprimir na sociedade, a formação para a castidade.

---

1. AVEZEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 545-601 (1963).
2. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: \_\_\_\_\_ (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 95-140 (2005a).
3. \_\_\_\_\_. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*, Petrópolis, RJ: Vozes, 68-76 (2005b).
4. BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Educação (sexual) e sexualidade: o velado e o aparente*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (1996).
5. GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 519-535 (2007).
6. NEGROMONTE, Álvaro. *A educação sexual: para pais e educadores*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Rumo S.A., (1961).
7. STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: \_\_\_\_\_; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*, Petrópolis, RJ: Vozes, 142-164 (2005).
8. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, (2005).
9. VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Editora Autores Associados LTDA, (2005).
10. VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, (1998).